



IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

Proposta de Resolução ao Parlamento Nacional n.º /2024

de

de

PPR N.º 3/VI (1ª)

Ratificação do Protocolo de Adesão da República Democrática de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio

Na sequência das negociações sobre a adesão de Timor-Leste ao Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC), e da assinatura do Protocolo de Adesão, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, em 26 de fevereiro de 2024;

A adesão de Timor-Leste à OMC representa um marco significativo na sua trajetória rumo à integração económica global, refletindo um compromisso estratégico e decisivo para o desenvolvimento económico e comercial. Ao tornar-se membro desta organização, Timor-Leste fortalece a sua posição no cenário internacional, garantindo acesso a um sistema de comércio internacional justo e transparente;

Atendendo que a formalização da Adesão é fundamental para a consolidação do compromisso de Timor-Leste com os princípios da livre troca comercial, da não-discriminação e da previsibilidade nas relações comerciais internacionais, e que, além disso, a adesão à OMC promoverá um ambiente propício ao investimento estrangeiro, impulsionando o crescimento económico e a criação de emprego;

É importante ressaltar que a integração de Timor-Leste na OMC não se limita apenas aos aspectos económicos, mas também representa um compromisso com os valores democráticos, o Estado de Direito e o respeito aos direitos humanos. A participação ativa na OMC proporcionará a Timor-Leste uma plataforma para defender os seus interesses legítimos e promover políticas comerciais alinhadas com os seus objetivos de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a ratificação do Protocolo de Adesão da República Democrática de Timor-Leste à OMC é um requisito que Timor-Leste deve cumprir para formalizar os compromissos assumidos como membro da OMC, os quais serão implementados nas fases pós-adesão.

Considerando as competências constitucionais para a aprovação e ratificação de convenções internacionais,

Assim,

O Governo apresenta ao Parlamento Nacional, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º da Constituição da República, a seguinte proposta de resolução:

O Parlamento Nacional resolve, sob proposta do Governo,

- a) Ratificar o Protocolo de Adesão da República Democrática de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio (OMC), assinado em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, em 26 de fevereiro de 2024, cuja versão original em língua inglesa, francesa e castelhana e a respetiva tradução para língua portuguesa se publicam em anexo à presente Resolução e que dela são parte integrante;
- b) O Protocolo a que se refere a alínea anterior, faz parte integrante do Tratado que instituiu a OMC, assinado em Marraquêxe, em 15 de abril de 1994, incluindo as suas notas explicativas, tal como ratificado, alterado ou de outra forma modificado pelos instrumentos jurídicos que possam ter entrado em vigor antes da data de início de vigência do presente Protocolo, assim como os demais actos constitutivos da OMC, cujos textos, em língua inglesa, e a respectiva tradução em língua portuguesa, são, também, publicados em anexo, e, igualmente, fazem parte integrante da presente Resolução.

Aprovada em

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay

Publique-se.

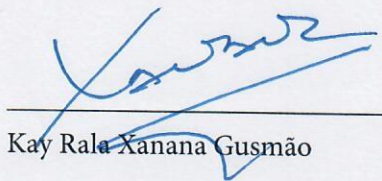
Em

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

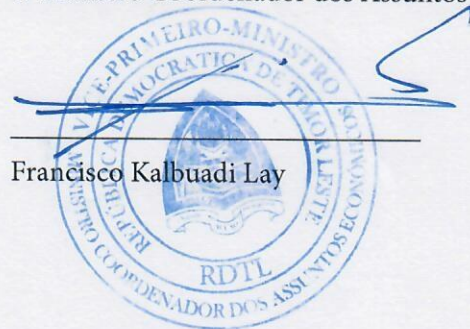
Aprovada em Conselho de Ministros em 9 de abril de 2024

O Primeiro-Ministro,



Kay Rala Xanana Gusmão

O Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos,



Francisco Kalbuadi Lay

**PROTOCOL ON THE ACCESSION OF
THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF TIMOR-LESTE**

**PROTOCOLE D'ACCESSION DE
LA RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU TIMOR-LESTE**

**PROTOCOLO DE ADHESIÓN DE
LA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

Abu Dhabi, United Arab Emirates
26 February 2024

PROTOCOL ON THE ACCESSION OF THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF TIMOR-LESTE

Preamble

The World Trade Organization (hereinafter referred to as the "WTO"), pursuant to the approval of the Ministerial Conference of the WTO accorded under Article XII of the Marrakesh Agreement Establishing the World Trade Organization (hereinafter referred to as the "WTO Agreement"), and the Democratic Republic of Timor-Leste (hereinafter referred to as "Timor-Leste"),

Taking note of the Report of the Working Party on the Accession of Timor-Leste to the WTO Agreement reproduced in document WT/ACC/TLS/34, dated 18 January 2024 (hereinafter referred to as the "Working Party Report"),

Having regard to the results of the negotiations on the accession of Timor-Leste to the WTO Agreement,

Agree as follows:

PART I - GENERAL

1. Upon entry into force of this Protocol pursuant to paragraph 8, Timor-Leste accedes to the WTO Agreement pursuant to Article XII of that Agreement and thereby becomes a Member of the WTO.
2. The WTO Agreement to which Timor-Leste accedes shall be the WTO Agreement, including the Explanatory Notes to that Agreement, as rectified, amended or otherwise modified by such legal instruments as may have entered into force before the date of entry into force of this Protocol. This Protocol, which shall include the commitments referred to in paragraph 337 of the Working Party Report, shall be an integral part of the WTO Agreement.
3. Except as otherwise provided for in paragraph 337 of the Working Party Report, those obligations in the Multilateral Trade Agreements annexed to the WTO Agreement that are to be implemented over a period of time starting with the entry into force of that Agreement shall be implemented by Timor-Leste as if it had accepted that Agreement on the date of its entry into force.
4. Timor-Leste may maintain a measure inconsistent with paragraph 1 of Article II of the GATS provided that such a measure was recorded in the list of Article II Exemptions annexed to this Protocol and meets the conditions of the Annex to the GATS on Article II Exemptions.

PART II - SCHEDULES

5. The Schedules reproduced in the Annex to this Protocol shall become the Schedule of Concessions and Commitments annexed to the General Agreement on Tariffs and Trade 1994 (hereinafter referred to as the "GATT 1994") and the Schedule of Specific Commitments annexed to the General Agreement on Trade in Services (hereinafter referred to as "GATS") relating to Timor-Leste. The staging of the concessions and commitments listed in the Schedules shall be implemented as specified in the relevant parts of the respective Schedules.
6. For the purpose of the reference in paragraph 6(a) of Article II of the GATT 1994 to the date of that Agreement, the applicable date in respect of the Schedule of Concessions and Commitments annexed to this Protocol shall be the date of entry into force of this Protocol.

PART III - FINAL PROVISIONS

7. This Protocol shall be open for acceptance, by signature or otherwise, by Timor-Leste until 30 August 2024 or such later date as may be decided by the General Council.

8. This Protocol shall enter into force on the thirtieth day following the day upon which it shall have been accepted by Timor-Leste.

9. This Protocol shall be deposited with the Director-General of the WTO. The Director-General of the WTO shall promptly furnish a certified copy of this Protocol and a notification of acceptance by Timor-Leste thereto pursuant to paragraph 7 to each Member of the WTO and to Timor-Leste.

10. This Protocol shall be registered in accordance with the provisions of Article 102 of the Charter of the United Nations.

Done at Abu Dhabi, United Arab Emirates, this twenty-sixth day of February two thousand and twenty-four in a single copy in the English, French and Spanish languages, each text being authentic, except that a Schedule annexed hereto may specify that it is authentic in only one of these languages, and the Working Party Report is authentic in English only.

PROTOCOLE D'ACCESSION DE LA RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU TIMOR-LESTE

Préambule

L'Organisation mondiale du commerce (ci-après dénommée "l'OMC"), eu égard à l'approbation de la Conférence ministérielle de l'OMC donnée en vertu de l'article XII de l'Accord de Marrakech instituant l'Organisation mondiale du commerce (ci-après dénommée "l'Accord sur l'OMC"), et la République démocratique du Timor Leste (ci-après dénommée le "Timor-Leste"),

Prenant note du rapport du Groupe de travail de l'accession du Timor-Leste à l'Accord sur l'OMC qui figure dans le document WT/ACC/TLS/34, daté du 18 janvier 2024 (ci-après dénommé le "rapport du Groupe de travail"),

Eu égard aux résultats des négociations sur l'accession du Timor-Leste à l'Accord sur l'OMC,

Convient de ce qui suit:

PARTIE I – DISPOSITIONS GÉNÉRALES

1. À compter de la date à laquelle le présent protocole entrera en vigueur, conformément au paragraphe 8, le Timor-Leste accédera à l'Accord sur l'OMC conformément à l'article XII dudit accord et deviendra ainsi Membre de l'OMC.
2. L'Accord sur l'OMC auquel le Timor-Leste accédera sera l'Accord sur l'OMC, y compris les Notes explicatives de cet accord, tel qu'il aura été rectifié, amendé ou autrement modifié par des instruments juridiques qui seront entrés en vigueur avant la date d'entrée en vigueur du présent protocole. Le présent protocole, qui comprendra les engagements mentionnés au paragraphe 337 du rapport du Groupe de travail, fera partie intégrante de l'Accord sur l'OMC.
3. Sauf dispositions contraires du paragraphe 337 du rapport du Groupe de travail, les obligations découlant des Accords commerciaux multilatéraux annexés à l'Accord sur l'OMC qui doivent être mises en œuvre au cours d'une période commençant au moment de l'entrée en vigueur dudit accord seront mises en œuvre par le Timor-Leste comme s'il avait accepté cet accord à la date de son entrée en vigueur.
4. Le Timor-Leste pourra maintenir une mesure incompatible avec le paragraphe 1 de l'article II de l'AGCS pour autant que cette mesure soit inscrite sur la Liste d'exemptions des obligations énoncées à l'article II, qui est annexée au présent protocole et qu'elle satisfasse aux conditions qui sont indiquées dans l'Annexe de l'AGCS sur les exemptions des obligations énoncées à l'article II.

PARTIE II – LISTES

5. Les Listes reproduites à l'annexe 1 du présent protocole deviendront la Liste de concessions et d'engagements annexée à l'Accord général sur les tarifs douaniers et le commerce de 1994 (ci-après dénommé le "GATT de 1994") et la Liste d'engagements spécifiques annexée à l'Accord général sur le commerce des services (ci-après dénommé "l'AGCS") du Timor-Leste. Les concessions et les engagements inscrits sur les Listes seront mis en œuvre par étapes ainsi qu'il est spécifié dans les parties pertinentes des Listes.
6. Dans le cas de la référence à la date du GATT de 1994 que contient le paragraphe 6 a) de l'article II dudit accord, la date applicable en ce qui concerne les Listes de concessions et d'engagements annexées au présent protocole sera la date d'entrée en vigueur du présent protocole.

PARTIE III – DISPOSITIONS FINALES

7. Le présent protocole sera ouvert à l'acceptation du Timor-Leste, par voie de signature ou autrement, jusqu'au 30 août 2024 ou jusqu'à toute date ultérieure qui pourra être arrêtée par le Conseil général.

8. Le présent protocole entrera en vigueur le trentième jour qui suivra celui où il aura été accepté par le Timor-Leste.

9. Le présent protocole sera déposé auprès du Directeur général de l'OMC. Le Directeur général de l'OMC remettra dans les moindres délais à chaque Membre de l'OMC et au Timor-Leste une copie certifiée conforme du présent protocole et une notification d'acceptation dudit protocole par le Timor-Leste.

10. Le présent protocole sera enregistré conformément aux dispositions de l'article 102 de la Charte des Nations Unies.

Fait à Abou Dhabi, Émirats arabes unis, le vingt-six février deux mille vingt-quatre, en un seul exemplaire, en langues française, anglaise et espagnole, les trois textes faisant foi, si ce n'est qu'une liste ci-annexée peut préciser ne faire foi que dans une seule de ces langues, et que seul fait foi le texte anglais du rapport du Groupe de travail.

PROTOCOLO DE ADHESIÓN DE LA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Preámbulo

La Organización Mundial del Comercio (denominada en adelante "OMC"), en virtud de la aprobación de la Conferencia Ministerial de la OMC, concedida de conformidad con el artículo XII del Acuerdo de Marrakech por el que se establece la Organización Mundial del Comercio (denominado en adelante "Acuerdo sobre la OMC"), y la República Democrática de Timor-Leste (denominada en adelante "Timor-Leste"),

Tomando nota del informe del Grupo de Trabajo sobre la Adhesión de Timor-Leste al Acuerdo sobre la OMC, que figura en el documento WT/ACC/TLS/34, de fecha 18 de enero de 2024 (denominado en adelante "informe del Grupo de Trabajo"),

Tomando en consideración de los resultados de las negociaciones sobre la adhesión de Timor-Leste al Acuerdo sobre la OMC,

Conviene en lo siguiente:

PARTE I - DISPOSICIONES GENERALES

1. En la fecha de entrada en vigor del presente Protocolo con arreglo al párrafo 8, Timor-Leste se adherirá al Acuerdo sobre la OMC de conformidad con el artículo XII de ese Acuerdo y, en consecuencia, pasará a ser Miembro de la OMC.
2. El Acuerdo sobre la OMC al que se adherirá Timor-Leste será el Acuerdo sobre la OMC, incluidas sus Notas Explicativas, rectificado, enmendado o modificado de otra forma por los instrumentos jurídicos que hayan entrado en vigor antes de la fecha de entrada en vigor del presente Protocolo. Este Protocolo, que comprenderá los compromisos mencionados en el párrafo 337 del informe del Grupo de Trabajo, formará parte integrante del Acuerdo sobre la OMC.
3. Salvo disposición en contrario en el párrafo 337 del informe del Grupo de Trabajo, las obligaciones establecidas en los Acuerdos Comerciales Multilaterales anexos al Acuerdo sobre la OMC que deban ponerse en aplicación en un plazo contado a partir de la entrada en vigor de ese Acuerdo serán cumplidas por Timor-Leste como si hubiera aceptado ese Acuerdo en la fecha de su entrada en vigor.
4. Timor-Leste podrá mantener una medida incompatible con el párrafo 1 del artículo II del AGCS siempre que tal medida esté consignada en la lista de exenciones del artículo II anexa al presente Protocolo y cumpla las condiciones establecidas en el Anexo del AGCS sobre Exenciones de las Obligaciones del Artículo II.

PARTE II - LISTAS

5. Las Listas reproducidas en el anexo del presente Protocolo pasarán a ser la Lista de concesiones y compromisos anexa al Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio de 1994 (denominado en adelante "GATT de 1994") y la Lista de compromisos específicos anexa al Acuerdo General sobre el Comercio de Servicios (denominado en adelante "AGCS") correspondientes a Timor-Leste. El escalonamiento de las concesiones y los compromisos enumerados en las Listas se aplicará conforme a lo indicado en las partes pertinentes de las Listas respectivas.
6. A los efectos de la referencia que se hace en el párrafo 6 a) del artículo II del GATT de 1994 a la fecha de dicho Acuerdo, la fecha aplicable con respecto a las Listas de concesiones y compromisos anexas al presente Protocolo será la fecha de entrada en vigor de este Protocolo.

PARTE III - DISPOSICIONES FINALES

7. El presente Protocolo estará abierto a la aceptación de Timor-Leste, mediante firma o formalidad de otra clase, hasta el 30 de agosto de 2024 o una fecha posterior que pudiera decidir el Consejo General.
8. El presente Protocolo entrará en vigor el trigésimo día siguiente a la fecha de su aceptación por Timor-Leste.
9. El presente Protocolo quedará depositado en poder del Director General de la OMC. El Director General de la OMC remitirá sin dilación a cada Miembro de la OMC y a Timor-Leste una copia autenticada del presente Protocolo, así como una notificación de la aceptación del mismo por Timor-Leste, de conformidad con el párrafo 7.
10. El presente Protocolo será registrado de conformidad con las disposiciones del Artículo 102 de la Carta de las Naciones Unidas.

Hecho en Abu Dabi, Emiratos Árabes Unidos, el día veintiséis de febrero de dos mil veinticuatro, en un solo ejemplar y en los idiomas español, francés e inglés, siendo cada uno de los textos igualmente auténtico, salvo que en alguna de las Listas anexas se especifique que es auténtica solo en uno de estos idiomas. El informe del Grupo de Trabajo es auténtico únicamente en inglés.

For the Democratic
Republic of
Timor-Leste:

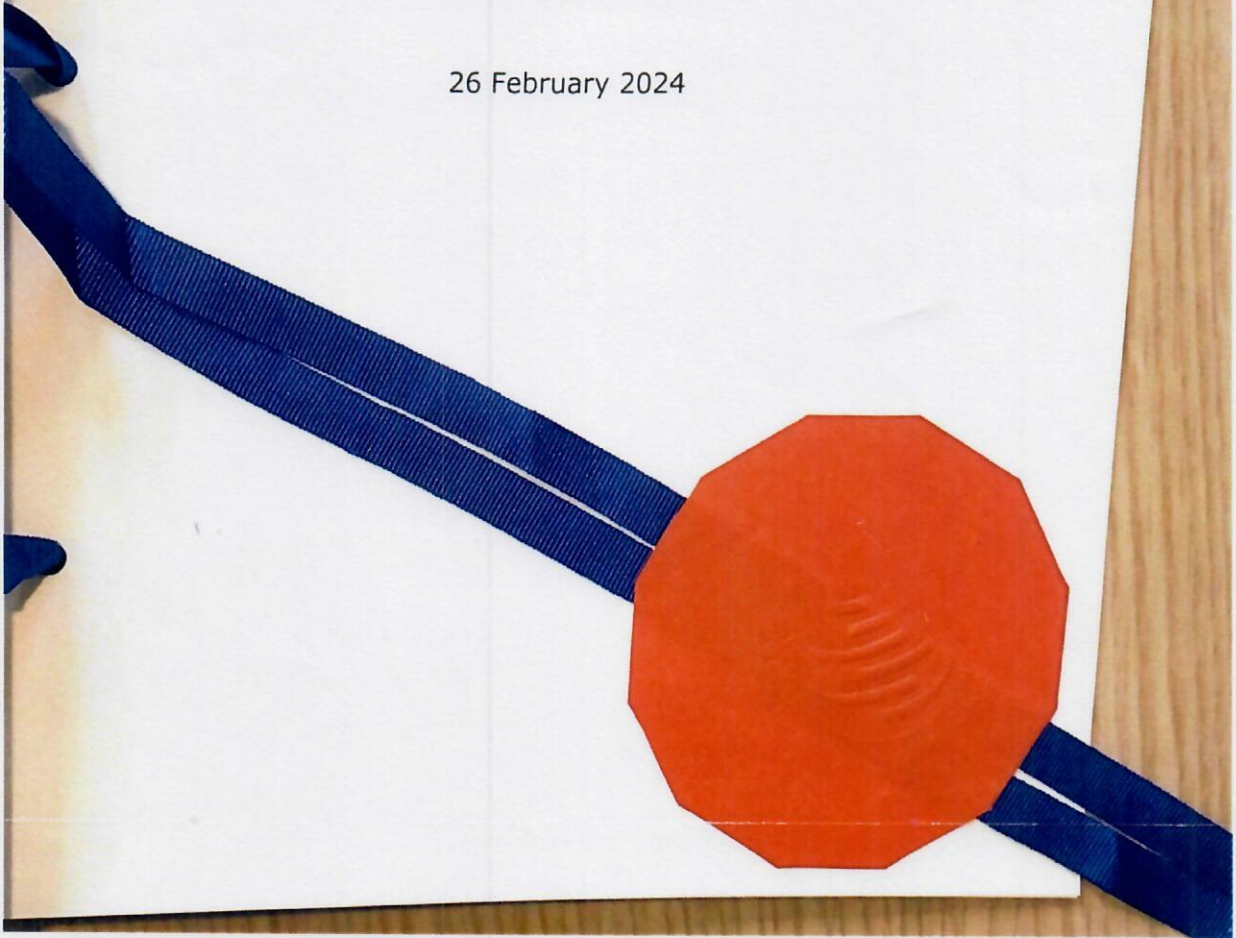
Pour la République
Démocratique du
Timor-Leste:

Por la República
Democrática de
Timor-Leste:



Subject to ratification

26 February 2024



I hereby certify that the foregoing text is a true copy of the Protocol on the Accession of the Democratic Republic of Timor-Leste, done at Abu Dhabi, United Arab Emirates, on 26 February 2024, the original of which is deposited with the Director-General of the World Trade Organization.

Je certifie que le texte qui précède est la copie conforme du Protocole d'Accession de la République démocratique du Timor-Leste, établi à Abou Dhabi, Émirats Arabes Unis, le 26 février 2024, dont le texte original est déposé auprès de la Directrice Générale de l'Organisation mondiale du commerce.

Certifico que el texto que antecede es copia conforme del Protocolo de Adhesión de la República Democrática de Timor-Leste, hecho en Abu Dabi, Emiratos Árabes Unidos, el 26 de febrero de 2024, cuyo texto original está depositado en poder de la Directora General de la Organización Mundial del Comercio.

Ngozi Okonjo-Iweala
Director-General

Ngozi Okonjo-Iweala
Directrice générale

Ngozi Okonjo-Iweala
Directora General



PRIMEIRO-MINISTRO

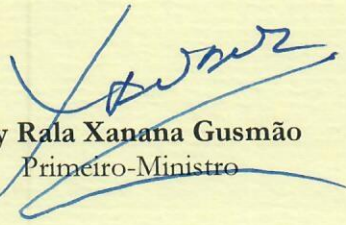
N.º 101 /PM-GPM/V/2024
Díli, 16 de maio de 2024

Assunto: Proposta de Resolução do Parlamento Nacional – Ratificação do Protocolo de Adesão da República Democrática de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio

Excelência,

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, tenho a honra de enviar a Vossa Excelência a Proposta de Resolução do Parlamento Nacional - Ratificação do Protocolo de Adesão da República Democrática de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio, aprovada em reunião do Conselho de Ministros do dia 9 de abril de 2024.

Com os meus melhores cumprimentos,


Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro

Sua Excelência,
Maria Fernanda Lay
Presidente do Parlamento Nacional

Cc: Exmo. Senhor Adérito Hugo da Costa
Ministro da Presidência do Conselho de Ministros em exercício

A DIPLEX
Para registar e
a comissão B
para processar no prazo
de 5 dias.
17-24
5



Entrada na Mesa
Data: 17/5/2024
Hora: 15h00
...O Presidente...

ANUNCIADO
.....
O Presidente
.....

IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

Ratificação do Protocolo de Adesão da República Democrática de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio

(Exposição de Motivos)

Na sequência das negociações sobre a adesão de Timor-Leste ao Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC), e da assinatura do Protocolo de Adesão, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, em 26 de fevereiro de 2024;

A adesão de Timor-Leste à OMC representa um marco significativo na sua trajetória rumo à integração económica global, refletindo um compromisso estratégico e decisivo para o desenvolvimento económico e comercial. Ao tornar-se membro desta organização, Timor-Leste fortalece a sua posição no cenário internacional, garantindo acesso a um sistema de comércio internacional justo e transparente;

Atendendo que a formalização da Adesão é fundamental para a consolidação do compromisso de Timor-Leste com os princípios da livre troca comercial, da não-discriminação e da previsibilidade nas relações comerciais internacionais, e que, além disso, a adesão à OMC promoverá um ambiente propício ao investimento estrangeiro, impulsionando o crescimento económico e a criação de emprego;

É importante ressaltar que a integração de Timor-Leste na OMC não se limita apenas aos aspectos económicos, mas também representa um compromisso com os valores democráticos, o Estado de Direito e o respeito aos direitos humanos. A participação ativa na OMC proporcionará a Timor-Leste uma plataforma para defender os seus interesses legítimos e promover políticas comerciais alinhadas com os seus objetivos de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a ratificação do Protocolo de Adesão da República Democrática de Timor-Leste à OMC é um requisito que Timor-Leste deve cumprir para formalizar os compromissos assumidos como membro da OMC, os quais serão implementados nas fases pós-adesão.

Considerando as competências constitucionais para a aprovação e ratificação de convenções internacionais,

O Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos

Francisco Kalbuadi Lay

